

"Zarina"

Anushka Virahsawmy



CAPÍTULO 5

Violência baseada no género

Artigos 20-25



Mulher continua a ser usada para comercialização de bebidas alcoólicas.

Foto: Rúben Covane

Pontos principais

- Com uma pontuação de 56% pelo CSC as pessoas indicaram que o país está a fazer progressos na direcção onde o país deve estar para reduzir pela metade a violência baseada no género até 2015; Moçambique classifica-se em décimo lugar na região.
- A Assembléia da República Aprovou a Lei da Violência Contra as Mulheres em 2009.
- A Assembléia da República aprovou a Lei contra o Tráfico de pessoas.
- Está em curso a revisão do código penal.

Tabela 5.1: Classificação do CSC sobre violência baseada no género

	SGDI	CSC
Pontuação	N/A	56%
Classificação	N/A	10

Tabela 5.1 mostra que os cidadãos classificam Moçambique em 56%; eles consideram que o país fez alguns progressos no sentido de posicionar o país onde devia estar de modo a reduzir pela metade a violência baseada no género (VBG) até 2015.

Não existe o SGDI para VBG porque os dados quantitativos que podem ser comparáveis para toda a região da SADC são difíceis de se obter; mesmo as estatísticas da polícia são geralmente baseadas apenas nos dados dos estúpros e violações sexuais. Também não incluem o impacto que a VBG tem sobre os indivíduos e comunidade.

Embora Moçambique tenha feito alguns progressos na abordagem da VBG, outros países tiveram melhor classificação colocando o país em décimo lugar. Isto mostra que ainda há muito que fazer antes de 2015, particularmente o aumento da conscientização sobre a VBGe apoio aos sobreviventes da VBG.



O Protocolo tem por objectivo reduzir os actuais níveis de violência de género pela metade até 2015.

A Violência Baseada no Género (VBG) é uma séria ameaça ao alcance da igualdade de género em Moçambique. Ela inclui estúpro, agressão, incesto, violação sexual das raparigas, assédio sexual, entre outros.

Relatos sugerem que a principal violência perpetrada contra as mulheres em Moçambique é a violência doméstica; os perpetradores são geralmente os parceiros, membros da família ou pessoas conhecidas. Isto está associado ao control económico e social que os homens têm sobre as mulheres.

As estatísticas da violência de género providenciadas pelo *Gabinete de Atendimento a Mulher e Crianças Vítima da Violência Doméstica* no Ministério do Interior, mostra que em 2007 foram registados 12.637 casos de Violência Baseada no Género, dos quais 7.669 contra mulheres e 1.097 contra homens, e os restantes casos foram contra crianças. Isto representa um decréscimo de casos de violência contra as mulheres, quando comparado ao ano anterior em que 8.268 casos de violência contra mulheres foram registados.

Os casos mais frequentes são agressão física, em 27%, recusa de assistência alimentar, com 11.3%, e 10.8% de casos de violência psicológica. As estatísticas não se referem especificamente aos casos de violência sexual ou estúpro; mas informações recolhidas durante as entrevistas indicam que as violências sexuais e estúpros ocorrem com muita frequência, inclusive envolvendo crianças, mas estes são mantidos em segredo no seio familiar, porque muitas vezes os perpetradores são membros da família ou próximos da família.



Mulheres marchando contra a violência durante os 16 dias de activismo no Município de Namaacha.

Foto: Gender Links

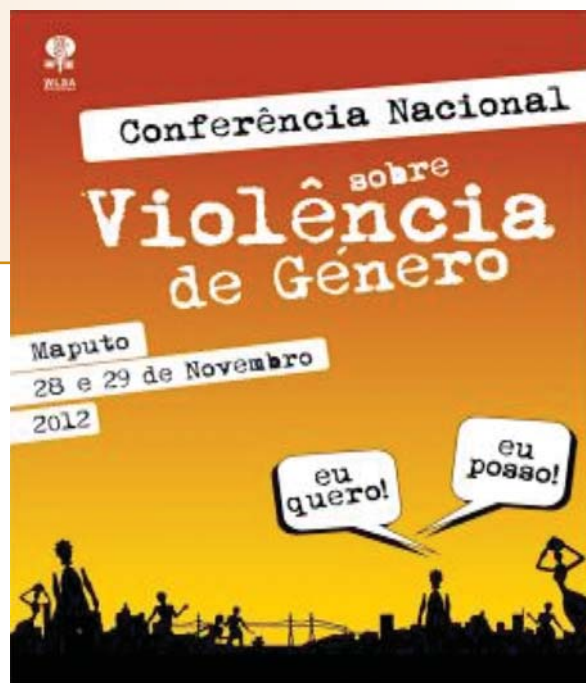
Resposta e apoio



O Protocolo da SADC estabelece que até 2015 os estados parte deverão: Aprovar e Impôr legislação proibindo todas as formas de violência baseada no género; garantir que as leis sobre violência baseada no género garantem uma testagem abrangente, tratamento e cuidado dos sobreviventes de violação sexual; Rever e reformar todas as suas leis e procedimentos criminais aplicáveis a casos de ofensas sexuais e violência baseada no género; Aprovar e adoptar disposições legislativas especiais para prevenir o tráfico humano e fornecer serviços integrais às vítimas, com o objectivo de reintegrá-las na sociedade; Aprovar disposições legislativas, e adoptar e implementar políticas, estratégias e programas que definem e proíbem assédio sexual em todas as esferas, e estabelecer medidas dissuasoras para os perpetradores de assédio.

Algumas organizações tais como a MULEIDE, WLSA Moçambique, Fórum Mulher, A Liga do Direitos Humanos, tem prestado apoio às sobreviventes da Violência Baseada no Género, embora estas organizações estejam mais concentradas nos centros urbanos. O Ministério do Interior criou unidades específicas para lidar com casos de VBG, mas o desafio é estender esses serviços para as zonas rurais.

A maior parte dos sobreviventes da VBG não tem encontrado o apoio psicológico necessário para a superação dos traumas causados por esses actos. A Gender Links está a desenvolver uma base de dados de indicadores da Violência Baseada no Género.



Cartaz alusivo à Conferência Nacional sobre VBG.

Foto: WLSA Moçambique

Table 5.2: Resposta e apoio da VBG

Disposições	O que existe	O que tem que ser criado
Leis/políticas		
Legislação proibindo todas as formas de VBG.	A Assembléia da República aprovou a Lei da Violência Domestica Contra as Mulheres.	Para a implementação desta lei é necessário que se crie estruturas de apoio, tais como casas de refúgio para as vítimas da violencia doméstica; campanhas de educação cívica; divulgação massiva da lei.
Garantir que todos os perpetradores de VBG são levados ao tribunal.	A lei acima mencionada aborda esta questão.	É necessário que as pessoas sejam encorajadas a denunciar os casos de VBG.
Testagem, tratamento e cuidados abrangentes para os sobreviventes de violação sexual - contraceptivos de emergência.	Isto está previsto na lei e já está sendo implementado.	Há uma necessidade de tornar estes serviços mais sistemáticos, de modo a que todas as vítimas de violação sexual tenham este atendimento, independentemente do local onde estiverem a residir.
Acesso a profilaxia pós-exposição para os sobreviventes da VBG.	A profilaxia pós-exposição está garantida para os sobreviventes da VBG e está estabelecido na Lei do HIV e SIDA (artigo 40).	Isto precisa de ser mais divulgado para que muitas pessoas possa ter conhecimento deste serviço.
Prevenção das infecções de transmissão sexual.	As unidades sanitárias, em colaboração com as unidades policiais de apoio às vítimas de VBG oferece estes serviços, e é gratuito.	Este serviço deve estar disponível o mais próximo das unidades policiais, onde os casos são reportados.

Disposições	O que existe	O que tem que ser criado
Reabilitação social e psicológica dos perpetradores da VBG.		
Rever as leis e procedimentos criminais sobre a violação sexual e GBV para eliminar o preconceito de género e garantir que a justiça seja feita para os sobreviventes.	Esta questão está a ser abordada no código penal e a lei específica sobre VBG aprovada pela Assembleia da República.	Há uma necessidade de divulgar mais os instrumentos legais que abordam a questão da VBG. A comunicação social devia intervir mais na promoção destas discussões.
Tráfico humano		
Legislação específica sobre tráfico humano.	A Assembleia da República aprovou a Lei contra Tráfico de Pessoas.	Há uma necessidade de criar estruturas capazes de lidar com a questão de tráfico de pessoas em tempo real, e reforçar a capacidade das instituições de lei e ordem para responder com eficiência. Reforçar a capacidade de resposta nas fronteiras, principalmente as terrestres.
Mecanismos para erradicar as redes nacionais, regionais e internacionais.	A lei já foi aprovada e existe uma colaboração muito próxima das autoridades nacionais e regionais e internacionais visando prevenir o tráfico de pessoas.	É preciso melhorar a capacidade das unidades de controlo nas fronteiras.
Harmonizar a recolha de dados sobre o tráfico.	Existe um banco de dados e um sistema de registo de pessoas desaparecidas.	É necessário que se crie um sistema integrado e informatizado, que permita que a informação seja distribuída em tempo real para todos os pontos do país.
Criação de capacidade, elevação da consciência e sensibilização sobre tráfico.	Há uma ação visível visando a elevação da consciência das pessoas sobre o tráfico. Nos postos fronteiriços há panfletos, outdoor e outros materiais promocionais que abordam este assunto.	É preciso que estas iniciativas sejam mais permanentes e mais abrangentes, sob o ponto de vista geográfico. É necessário que as pessoas ligadas a este sector tenham uma formação específica, de modo a dar uma resposta imediata.
Assédio sexual		
Adoptar leis, políticas, programas que definem e proíbem o assédio sexual.	A lei do Trabalho aborda esta questão do assédio sexual e considerado como infração disciplinar.	Há uma necessidade de se incluir o assédio sexual como infração em todos os regulamentos, e caracterizar melhor o assédio.
Equilíbrio de género nos órgãos que analisam os casos de assédio sexual.	Não há evidência clara sobre a composição dos órgãos que lidam com estes casos, visto que a experiência é que os casos são analisados de forma <i>ad hoc</i> .	É necessário que isto seja imposto como um procedimento para o tratamento dos casos de assédio sexual.
Serviços de apoio		
Os casos de VBG devem ser ouvidos em ambientes sensíveis ao género.	A Lei da Violência Doméstica Contra as Mulheres estabelece que ao nível policial, onde os casos são tratados, deve haver um espaço privado onde as vítimas da VBG podem livremente se expressar e as suas revelações serem protegidas.	De certa forma isto já assegurado e está a ser implementado.
Serviços especiais de aconselhamento.	As unidades de apoio de conselheiros.	Há uma necessidade de aumentar o número dessas unidades de apoio, e estendê-las às zonas rurais onde a incidência de casos de violência é maior mas sem receber o devido atendimento.
Serviços dedicados e sensíveis fornecidos pelas unidades policiais; saúde; segurança social.	A lei prevê a providência desses serviços.	É necessário que estes serviços sejam efectivamente criados em conformidade com a Lei.
Informação acessível sobre a disponibilidade dos serviços para os sobreviventes da VBG.	As informações têm sido disponibilizadas através de uma gama de meios, desde os jornais, televisão e rádio.	
Serviços legais especializados e acessíveis, incluindo apoio legal para os sobreviventes da VBG.	As unidades de apoio para as mulheres e crianças vítimas de VBG oferecem serviços de aconselhamento e apoio legal gratuito.	Há uma necessidade de se aumentar o número dessas unidades de apoio, e estendê-las para as zonas rurais.
Instalações especializadas, incluindo mecanismos de apoio para os sobreviventes de VBG.	As unidades de apoio a mulher e criança vítima de VBG são especializadas para esse fim, e lidam especificamente com as questões de VBG.	Essas instalações precisam de ser apetrechadas de modo a tornar o ambiente mais acolhedor. Há uma necessidade de se criar casas de refúgio para as vítimas de VBG.
Instalações de reabilitação e reintegração dos sobreviventes de VBG.	Não existem instalações específicas para este fim.	É necessário criar tais instalações ou usar-se as casas de refúgio, sugeridas anteriormente.

Disposições	O que existe	O que tem que ser criado
Formação dos provedores de serviços		
Formação em sensibilização do género para todos os provedores de serviços envolvidos na administração da justiça, tais como oficiais de justiça, procuradores, polícia, guardas prisionais, funcionários de saúde e segurança social.	Não existe uma disposição específica sobre formação dos provedores de serviços ligados a área de VBG.	Há uma necessidade de se formar o pessoal que lida com as questões de VBG, em matéria de género, para que tratem os assuntos de forma sensível.
Programas de sensibilização da comunidade para os sobreviventes da VBG.	Estas acções acontecem de forma muito ocasional.	Deve-se levar a cabo estas acções de forma mais regular, para elevar a consciência da comunidade para os níveis da VBG, e encontrar as melhores formas de integrar os sobreviventes na vida da comunidade.
Programas de formação formal para os provedores de serviços.	Não existem programas de formação específicos para este grupo.	É necessário que se providencie formação formal para este grupo como forma de qualificar melhor para os desafios que a VBG representa para a sociedade.

Fonte: 2009.

Violação e assassinatos de mulheres em Moçambique: Quando vamos dizer basta?

A violação e tortura de uma jovem estudante universitária de 23 anos, perpetrada por cinco homens num machimbombo, em Dezembro de 2012, em Delhi, capital da Índia, indignou o país - a jovem morreu subsequentemente devido à graves lesões internas causadas por um barra metálica.

Irromperam manifestações e protestos de todo o espectro social e político, denunciando a bárbara agressão e a violência crónica contra raparigas e mulheres na Índia. Foi um momento para a nação fazer uma autocrítica sobre a violência de género.

Em Moçambique, há exactamente um ano, a WLSA (Mulheres e Lei na África Austral) alertou sobre a violação colectiva por 17 homens de uma mulher em Cabo Delgado, sob a acusação de ter passado perto de um local onde realizam-se ritos de iniciação para rapazes.

A mulher sofreu 13 horas de tortura sexual. Nem as súplicas das suas filhas, do seu marido, do chefe de quarteirão e doutros vizinhos puderam convencer os violadores a libertá-la. Só quando a Polícia chegou é que os violadores fugiram. Ouviram-se algumas vozes de protesto. Mas o mínimo debate nos media centrava-se mais sobre o respeito devido aos ritos de iniciação e sobre a incompreensão das pessoas do Sul sobre a cultura do Norte do país.

Que outras diferenças podemos ver na reacção aos dois casos?

Justiça

Na Índia, confrontado com massivas críticas ao seu fraco desempenho nos casos de violação, o aparelho judicial agiu com rapidez. Os violadores foram detidos em poucos dias e em menos de um mês foram ouvidos em

tribunal. O procurador pediu a pena de morte para eles.

Em Moçambique, o caso de violação colectiva ainda não chegou ao tribunal, em Pemba - e já lá vai mais de um ano. Causas: a polícia apenas apreendeu quatro dos 17 violadores mas libertou-os em poucos dias, o que permitiu que a maioria sumisse. O processo tinha tantos erros e omissões que, em Agosto de 2012, o juiz decidiu instruir um novo sem vícios. A vítima essa continua sem ter justiça, os violadores continuam livres.

Media

Na Índia proíbe-se publicar os nomes de pessoas violadas, e os media respeitam a lei. Ela não foi identificada pelo nome nem pelo local de residência. Quando o amigo que a acompanhava no machimbombo - e que também foi brutalmente agredido - deu uma entrevista na televisão, o rosto e a voz foram dissimulados. A imprensa só revelou o nome da vítima quando a família concordou em levantar o anonimato, para permitir que uma futura lei com penas mais graves para violadores tenha o nome da jovem assassinada.

Em Moçambique, é frequente a imprensa revelar o nome de mulheres e raparigas violadas, ou caracteriza o caso de forma que acaba revelando a identidade das vítimas. Por exemplo, a edição do matutino Notícias, em finais de Setembro de 2012, deu o nome completo dum jovem de 18 anos violada e estrangulada na praia do Miramar, em Maputo. Em Outubro do mesmo ano, o semanário @Verdade publicou o nome, bairro e fotografia de corpo inteiro, com o rosto dissimulado mas reconhecível pelas mãos, de uma jovem violada por quatro homens no dumbanengue do Museu, em Maputo.

Sociedade

Casos de violação colectiva, às vezes seguidos pela morte da vítima, parecem estar a aumentar no país. Maputo viu-se chocada por vários casos em 2012. Num deles, uma jovem do bairro Polana Caniço foi violada e assassinada a 200 metros da sua casa, quando voltava da escola por volta das 21 horas. A trágica ironia é que seu irmão é um activista de um grupo que procura reduzir a violência contra a mulher.

Onde estão as manifestações na rua, os editoriais nos media, as opiniões de políticos e escritores que protestam contra a vaga de violência sexual em Moçambique?

Na semana passada, na África do Sul, uma jovem de 17 anos foi violada e torturada por um grupo de homens até à morte num bairro pobre de Cape Town. Os media e a sociedade civil denunciaram o assassinato. O governo local, os sindicatos, a Liga de Mulheres do ANC (Congresso Nacional Africano) e a comunidade organizaram uma marcha de protesto após o funeral.

A escritora e activista indiana Arundhati Roy, autora da famosa novela *The god of small things* (O deus das coisas pequenas), apontou que o facto da jovem morta ser da classe média - estudante de fisioterapia, operadora num *call-centre*, e seu amigo ser engenheiro - conseguiu mobilizar a crescente classe média urbana indiana. Podia ser a irmã ou a filha de uma classe que se afirma e demanda a acção dos governantes.

Será que em Moçambique é preciso que seja violada uma jovem universitária da zona nobre da cidade para criar uma reacção solidária de repulsa, para empurrar o aparelho policial e judicial a melhorar a sua resposta aos casos de violação?

Será que a integridade física e moral de uma camponesa e a vida de uma a jovem do Polana Caniço não tem peso suficiente para mobilizar as pessoas?

Fonte: artigo de **Mercedes Sayagues** escrito para o Serviço Lusófono de Opinião e Comentário da Gender Links.

Prevenção



O protocolo estabelece as medidas, incluindo a legislação que desencoraja as práticas tradicionais e culturais que pioram a VBG e aumentam as campanhas públicas contra ela.

A problemática da violência baseada no género tem ganhado contornos preocupantes e o governo presta uma atenção especial a este assunto. Como resposta a este desenvolvimento, o governo estabeleceu no Plano Quinquenal, como uma das questões estratégicas a serem abordadas. Foi elaborado um Plano de Acção para Prevenção e Combate contra a Violência contra a Mulher 2008-2012, que estabelece uma série de acções e medidas visando reduzir os índices da VBG de acordo com os instrumentos regionais e internacionais aos quais Moçambique subscreve. Este plano está avaliado em 3.5 milhões de dólares americanos.

Uma área de preocupação especial deste plano tem a ver com os determinantes culturais e padrões de socialização, "que estabelecem que acima de tudo, a mulher esta para servir e satisfazer o homem; e ao mesmo tempo que ela deve obediência ao homem". O Plano tem também como seu enfoque a transformação destas mentalidade ao nível Comunitário, Distrital, Provincial e Central.



Campanha de "não à violência contra a mulher".

Foto: Anónimo

O outro desafio identificado pelo governo no seu Plano, é o envolvimento dos homens na liderança das acções de prevenção e de combate contra a violência, levando-o a uma acção de maior impacto no respeito pelos direitos da mulher em todos os seus domínios e sentidos.

A questão da violência baseada no género tem ganhado destaque nos debates públicos promovidos, quer pela comunicação social, quer pelas organizações da sociedade civil. Há várias iniciativas de organizações como a N'weti, que produz seriados televisivos sobre esta temática e são transmitidos pela televisão; o Fórum Mulher tem coordenado várias campanhas de rua contra a violência doméstica; a Rede Homens Pela Mudança (HOPEM) tem estado a promover uma campanha de sensibilização dos homens para o combate a violência contra a mulher, através do uso de depoimentos de pessoas influentes na sociedade nos jornais, entre outras.

Ao nível do discurso político o assunto é discutido, mas não com a ênfase que deveria, quando comparado com a incidência do problema e as suas consequências na sociedade. O Presidente da República tem abordado a questão da violência doméstica nas suas presidências abertas, mas não de uma forma sistemática, isto é não programada como ponto de agenda em todas as suas intervenções.

A violência doméstica ganhou maior espaço público aquando da aprovação da Lei da Violência contra a Mulher, em 2009, ano em que se realizaram as últimas eleições gerais, e quase todos os partidos políticos abordaram este tema em algum momento das suas intervenções nos comícios ou nos programas eleitorais na rádio e televisão.

Ao nível da Assembleia da República, desde que a lei foi aprovada este assunto nunca mais voltou a ser tema de debate ou de alguma intervenção de fundo, o que pode indicar algum relaxamento daquele órgão sobre o acompanhamento deste fenómeno na nossa sociedade.

Ao nível da comunicação social, o assunto não tem merecido a atenção na mesma proporção que é preocupação para a sociedade. São poucos os artigos que abordam este assunto de forma construtiva, pelo

contrário, muitas vezes quando reporta sobre a violência baseada no género, a comunicação social fá-lo de forma tendenciosa, procurando mostrar alguma culpa por parte da mulher vítima, como por exemplo, sugerir que a mulher sexualmente violada teria incitado o homem violador colocando roupas curtas que mostram as suas partes ítimas, ou que a mulher teria sugerido de alguma maneira que queria ser atacada sexualmente.

De qualquer maneira, este é um cenário que, à medida em que várias organizações que trabalham com a comunicação social sobre os assuntos de igualdade de género, nomeadamente a *Gender Links*, vai mudando, reflectindo uma elevação da consciência dos órgãos de comunicação sobre o seu papel na sociedade, e a sua contribuição para a erradicação da violência contra a mulher.

As campanhas dos 16 Dias de Activismo pelo fim da violência praticada contra a mulher tem também contribuído para trazer o assunto da Violência Baseada no Género para a agenda dos órgãos de comunicação social e da sociedade em geral, um período em várias organizações e entidade se envolvem nas diferentes iniciativas para marcar este período para o fim da violência baseada no género. Os dados divulgados pelo governo sobre a incidência da violência doméstica mostram uma redução de casos registados, e acredita-se se isto é resultado do impacto das várias acções de sensibilização da sociedade, que incluem os 16 Dias de Activismo.

Várias instituições públicas e organizações da sociedade civil tem se mostrado interessados e participam nestas actividades, que os actuais discursos encorajam que os dias de sensibilização contra a violência doméstica deve ser todo o anos e não apenas durante um período. Organizações como a GEMSA, WLSA, FÓRUM MULHER, MULEIDE, *Gender Links*, entre outras, participam na promoção destas campanhas dos 16 Dias de Activismo que se sugere passem para os 365 Dias.

Abordagens Integradas



O Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento apela aos Estados parte para adoptar abordagens integradas, incluindo estruturas multisectoriais com objectivo de reduzir os actuais níveis de violência baseada no género até 2015.

Os principais interessados, desde o governo, Organizações da Sociedade Civil, a polícia, contribuíram para a elaboração do Plano de Acção para Acabar com a Violência do Género como resposta ao apelo do Secretário Geral das Nações Unidas.

O relatório Global de 2006 sobre a violência contra as mulheres e crianças apela para todos os países adoptarem planos compreensivos e multisectoriais para acabar com a VBG. O plano está estruturado de acordo com a adenda a Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento sobre a Erradicação da Violência contra as Mulheres e Crianças de 2008.

O governo de Moçambique aprovou o Plano Nacional de Prevenção e Combate a Violência contra a Mulher

(2008-2012) que constitui o instrumento de operacionalização da Política de Género e Estratégia da sua Implementação e Plano Nacional para o Avanço da Mulher (PNAM). Procura também operacionalizar o estabelecido no plano do governo sobre a necessidade de se proteger os direitos humanos da mulher com vista à elevação da sua consciência bem como da comunidade sobre os direitos que a assistem, no concernente ao direito de não-violência contra as mulheres.

O Plano Nacional de Acção para Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher se apresenta como a resposta para a materialização dos compromissos regionais e internacionais a que Moçambique aderiu e ratificou, com especial destaque para o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, a Convenção para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW), a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, Direitos da Mulher em África.

Para a implementação deste plano de acção, o governo adopta uma abordagem multisectorial, envolvendo todos os sectores governamental e sociedade civil. O plano é coordenado pelo Ministério da Mulher e Acção Social, participam também ao nível central os Ministérios da Justiça, do Interior, da Saúde, de Educação e Cultura. Os tribunais e o Parlamento também tem participação.

Ao nível da sociedade civil, a Liga dos Direitos Humanos, Fórum Mulher, Organização da Mulher Moçambicana (OMM), Associação das Mulheres de Carreira Jurídica, Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE), WLSA, entre outras, participam nestes esforços.

GABINETE DE ATENDIMENTO À MULHER E CRIANÇA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



Gabinete de atendimento à Mulher e criança.

Foto: Rúben Covane



Violência Baseada no Género pos 2015

Tabela 2.9: Proposed revised targets and indicators for ...

Áreas Temáticas/ Meta	Objectivos do Desenvolvimento Sustentável	Metas propostas para 2015	Indicadores propostos para 2030
O Existente / o			
	10.1 Até 2030 eliminar leis, políticas e práticas discriminatórias	1. Acabar com todas as formas de VBG até 2030 incluindo esturpo, MGF e discriminação contra pessoas de diversas identidades sexuais de acordo com draft SDG 10.1 (eliminate discriminatory laws, policies and practices) and draft SDG 5.3 (eliminar todas as práticas nocivas tais como casamentos forçados e prematuros, MGF)	1. Percentagem de mulheres e homens que cometem IPV emocional na vida/últimos 12 meses
	5.3 Eliminar todas as práticas nocivas como o abuso das crianças, casamentos prematuros e mutilação genital feminina.		2. Percentagem de mulheres e homens que enfrentam e cometem IPV físico durante a vida /últimos 12 meses
			3. Percentagem de mulheres e homens que enfrentam e cometem IPV sexual durante a vida/últimos 12 meses
			4. Percentagem de mulheres que enfrentam e homens cometem IPV economic na vida/últimos 12 meses
			5. Percentagem de mulheres que enfrentam e de homens cometem todas as formas de IPV durante a vida/últimos 12 meses
			6. Percentagem de mulheres e homens que enfrentam violação sexual durante a vida/últimos 12 meses
			7. Percentagem de mulheres que enfrentam e homens que cometem tentativa de abuso sexual durante a vida/últimos 12 meses
			8. Percentagem de mulheres que enfrentam e homens que cometem esturpo de gangs
			9. Percentagens e3 mulheres que enfrentam e homens que cometem esturpo sob o efeito do alcool e drogas
			10. Percentagem de mulheres que enfrentam e homens que cometem abuso na gravidez
			11. Percentagem de mulheres e homens na mesma relação sexual que enfrentam abuso de não parceiro
			12. Percentagem de mulheres/homens que aceitam relações sexuais devem ser legalizadas.
			13. Número de mulheres assassinadas por parceiros íntimos reportados aos serviços de polícia por ano
			14. Percentagem de mulheres que enfrentam assédio sexual na escola, transporte público, curandeiros

Áreas Temáticas/ Meta	Objectivos do Desenvolvimento Sustentável	Metas propostas para 2015	Indicadores propostos para 2030
			15. Percentagem de homens que dizem que se a mulher trouxer uma saia curta está a pedir violação sexual.
Drivers			
		2. Acabar com todas as formas de abuso de crianças até 2030.	16. Percentagem de mulheres e homens que enfrentam negligência da criança 17. Percentagem de mulheres e homens que que testemunham IPV de crianças 18. Percentagem de mulheres e e homens que que enfrentam qualquer forma de abuso emocional, física e sexual 19. Percentagem de homens que enfrentam qualquer forma de abuso e cometem IPV 20. Percentagem de homens que enfrentam qualquer forma de cometem abuso sexual a alguém não parceira 21. Percentagem de homens que enfrentam abuso sexual e cometem estupro a não parceiro 22. Percentagem de mulheres e homens beberam álcool e usaram drogas nos últimos 12 meses - frequência
		3. Acabar com todas as formas de violência até 2030	23. Percentagem de mulheres que beberam álcool nos últimos 12 meses - frequência e enfrentaram IPV 24. Percentagem de mulheres que beberam álcool ou drogas nos últimos 12 meses Percentage of women - frequência e enfrentaram estupro 25. Percentagem de homens que beberam álcool ou usaram drogas nos últimos 12 meses - frequência 26. Percentagem de homens que beberam álcool nos últimos 12 meses frequência e cometeram IPV. 27. Percentagem de homens que beberam álcool nos últimos 12 meses e cometeram estupro 28. Percentagem de mulheres que beberam álcool ou drogas nos últimos 12 meses
Effects			
		4. Acabar com todos os efeitos dolorosos de VBG através da eliminação de VBG até 2030.	29. Percentagem de mulheres abusadas fisicamente que contraíram ferimentos 30. Percentagem de mulheres feridas fisicamente que passaram dias na cama devido aos ferimentos

Áreas Temáticas/ Meta	Objectivos do Desenvolvimento Sustentável	Metas propostas para 2015	Indicadores propostos para 2030
			31. Percentagem de mulheres feridas fisicamente que faltaram ao service como resultado de ferimentos 32. Percentagem de mulheres que foram sexualmente abusadas por parceiros íntimos e foram diagnosticadas com DTS 33. Percentagem de mulheres que foram fisicamente abusadas e foram diagnosticadas com DTS 34. Percentagem de mulheres que foram esturpadas por não parceiros e foram diagnosticadas com DTS 35. Percentagem de mulheres que foram sexualmente abusadas por parceiros íntimos e testaram HIV positive 36. Percentagem de mulheres que foram fisicamente abusadas por parceiros íntimos e testaram HIV positivo 37. Percentagem de mulheres esturpadas por não parceiros e testaram HIH positivo 38. Percentagem de mulheres que tiveram serviço de parto premature devido ao abuso 39. Percentagem de mulheres abusadas por parceiros íntimos e tentaram suicídio 40. Percentagem de mulheres que sofreram estupro por parceiros não íntimos e tentaram suicídio 41. Valor pago em transporte para o hospital ou polícia 42. Percentagem de mulheres que pagam pelos services de aconselhamento 43. Valores pagos em aconselhamento depois de estupro 44. Percentagem de mulheres que gastam dinheiro em medicamentos depois do esturpo Percentagem de mulheres que gastam dinheiro em medicamentos depois do esturpo
Resposta			
Até 2030 promulgar e implementar legislação que proibe todas as formas de violência baseada no género.	5.2 Eliminar todas as formas de violência contra Mulher e raparigas nos espaços público e privado, acabar com o tráfico humano e abuso sexual	5. Até 2030 promulgar a legislação que proibe todas as formas de violência baseada no género.	45. Existência de legislação de violência contra a mulher e sua implementação ¹ 46. Número de pessoas que praticaram ofensas sexuais registado 47. Número de julgados e condenados contra ofensas sexuais

¹ 1325 Indicators, WHO ,UNHR World Bank Gender Statistics Database.

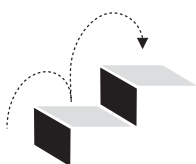
Áreas Temáticas/ Meta	Objectivos do Desenvolvimento Sustentável	Metas propostas para 2015	Indicadores propostos para 2030
Promulgar e adoptar provisões legislativas específicas para prevenir tráfico humano e fornecer serviços para as vítimas, com o objectivo de re-integra-las na sociedade	11.5 Até 2030 assegurar acesso universal, seguro e inclusive, acesso aos espaços públicos em particular para mulheres e crianças	Até 2030 fornecer acesso igual a todos a sistemas de justice independente, efectivo e responsive que respeita direitos de processos devidos, e igaul acesso a apoio legal (SDG: 16.12)	48. Número de países com leis contra o tráfico verificando até que ponto estas são implementadas.
Rever e promulgar leis e procedimentos criminatórias que sejam aplicadas em casos de assédio sexual e violencia baseada no género.	16.12 Até 2030 providenciar acesso igual e independente para todos que seja efectivo e um Sistema judicial igual para todos que incluia assistencia médica	Até 2030 fornecer acesso igual a todos a sistemas de justice independente, efectivo e responsive que respeita direitos de processos devidos, e igaul acesso a apoio legal (SDG: 16.12)	49. Percentagem de mulheres que reportaram esturpo a polícia
			50. Percentagem de mulheres que reportaram abuso a polícia
			51. Resposta da polícia
			52. Razão para não responder a polícia
Promulgara leis e políticas, adopter e implementas estas políticas e estratégis e programas que definam e proibem assédio sexual em todas as esferas e que providenciem medidas punitivas aos perpretadores desta vilência.			53. Percentagem de mulheres que informando que o perpetrador foi detido.
			54. Percentagem de pessoas informando que o perpetrador for condenado.
			55. Percentegem de mulheres e homens que conhecem a Lei de
			56. Violência Doméstica
			57. Percentagem de mulheres e homens com informação sobre ordens de protecção
			58. Percentagem de mulheres e homens que conhecem legislação sobre VBG.
			59. Percentagem de mulheres e homens que conhecem linha verde sobre VBG.
			60. Percentagem de mulheres que procuraram e receberam apoio legal.
61. Percentagem de mulheres que procuraram apio médico depois de contrair ferimentos			
Support			
Assegurar que todas as leis sobre violencia baseada no género providenciem testagem, cuidados e tratamento compreesivo ás vítimas de violência sexual.	5.9 Assegurar o acesso universal dos direitos sexuais e reprodutivos de acordo com o programa e o plano de acção existente no País.	6. Garantir acesso compreensivo da testagem, tratamento e cuidados ás vítimas da violência sexual até 2030.	62. Disponibilidade de services de cuidados contínua
			63. Percentagem de mulheres que partilharam a causa dos seus ferimentos aos médicos
			64. Percentagem de mulheres recebendo aconselhamento depois do abuso sexual
			65. Percentagem de mulheres que informou abuso sexual aos funcionários de saúde
			66. Percentagem de mulheres que receberam PPE depois do abuso sexual
			67. Percentagem de mulheres que aue receberam tratamento para DTS depois da violação sexual

Áreas Temáticas/ Meta	Objectivos do Desenvolvimento Sustentável	Metas propostas para 2015	Indicadores propostos para 2030
			68. Percentagem de mulheres que receberam tratamento para prevenir gravidez depois de abuso sexual.
			69. Percentagem de mulheres que foram ao abrigo
			70. Percentagem de mulheres que disseram a um membro da família sobre o abuso sexual
			71. Número de sobreviventes assistidos nas casa de abrigo
			72. Provisão de abrigo por cabeça da população ²
Prevention			
Adoptar abordagens integradas, incluindo estruturas sectoriais transversais que tenham o objectivo de reduzir os níveis actuais de VBG até 2030		7. Lançamento de campanhas 365 para acabar com violência de género ao nível nacional e local dirigidas ao mais alto nível político, para mudança de comportamento e acabar com a violência do género.	73. Percentagem de mulheres que ouviram ou viram algo na campanha dos 16 Dias nos últimos 12 meses
			74. Percentagem de mulheres que ouviram ou viram alguma coisa sobre a Campanha dos 365 Dias nos últimos 12 meses
			75. Percentagem de mulheres que concordam/discordam que Campanhas contra a violência contra as mulheres fazem com que as pessoas percebam que isto é violação dos direitos das mulheres
			76. Percentagem de pessoas concordando/discordando que as Campanhas para acabar com a violência fizeram com que as mulheres alertas sobre onde pedir ajuda.
			77. Percentagem de mulheres que concordam/discordam que Campanhas para acabar com violência fez com que os políticos tomassem acção para acabar com a violência
			78. Percentagem de mulheres que concordam/discordam que as Campanhas contra a violência doméstica ajudaram na mudança de atitudes dos homens
			79. Percentagem de mulheres que concordam/discordam que Campanhas contra a violência apenas acontecem uma vez por ano depois portanto, são de pouco valor
			80. Percentagem de discursos de políticos que mencionam VBG.
			81. Percentagem de discursos de políticos que focalizam na VBG

² 1325 Indicators, WHO.

Áreas Temáticas/ Meta	Objectivos do Desenvolvimento Sustentável	Metas propostas para 2015	Indicadores propostos para 2030
			82. Percentagem de histórias alertas ao VBG.
		8. Até 2030 mudar attitudes para igualdade de género através do alcance de pelo menos 80% da Pontuação de Progresso de Género (PPG) entre mulheres e homens na região.	83. Percentagem de Cartão de Progresso de Género para Homens (CPG) 84. Percentagem de Cartão de Progresso de Género para mulheres. 85. Percentagem de Cartão de Progresso de Género para rapazes 86. Percentagem de Cartão de Progresso de Género para raparigas.
		9. Até 2030 fazer campanhas concertadas para lidar com assuntos de socialização .	87. Percentagem de mulheres que dizem mulheres são iguais aos homens 88. Percentagem de homens que dizem mulheres são iguais aos homens 89. Percentagem de mulheres que dizem mulheres devem obedecer seus maridos 90. Percentagem de homens que dizem mulheres devem obedecer seus maridos 91. Percentagem de mulheres que dizem que se o homem pagar lobolo ela é sua esposa e deve manter sexo com ela a qualquer altura.
		10. Até 2030 assegurar que todos os oficiais públicos que lidam com VBG receberam formação	92. Percentagem de polícias e pessoas de saúde que receberam formação em género.
		11. Até 2030 combater novas formas de de violências em curso devido aos avanços tecnológicos tais como internet e tecnologia de celulares	93. Percentagem de mulheres que informam terem experimentado violência em relação aos novos objectos de media. 94. Existência de planos multi-sectoriais para acabar com GBV
Abordagens integradas			
	Providenciar recursos que se dediquem a abordagens integradas incluindo pesquisa nas áreas de saúde, justiça, educação, construção e desenvolvimento comunitário.	Providenciar recursos que se dediquem a abordagens integradas incluindo pesquisa nas áreas de saúde, justiça, educação, construção e desenvolvimento comunitário.	95. Existência de de uma estrutura dedicada, multi-sectorial e efectiva para lidar com VBG. 96. Proporção de orçamento especificamente alocado para acabar com VBG e a sua adequação relativa as necessidades 97. Proporção de mulheres e homens a par de de órgãos coordenadores de orçamentação multi-sectorial para assegurar que os sectores transversais estão operacionais 98. Proporção de mulheres e homens que acreditam que o Plano Nacional de Acção é efectivo 99. Percentagem de polícias e pessoas de saúde que receberam formação em género.

Áreas Temáticas/ Meta	Objectivos do Desenvolvimento Sustentável	Metas propostas para 2015	Indicadores propostos para 2030
	11.5 Assegurar que até 2030 haja acesso universal e segurança para as vítimas de VBG em particular mulheres e crianças em todos os espaços públicos		<p>100. Proporção de municípios que desenvolvam planos de acção para acabar com a VBG.</p> <p>101. Nr. De Municípios que tenham fundos específicos para promover acções que eliminem a VBG</p> <p>102. Proporção de conselhos em cada país que desenvolvem planos locais de acção para acabar com VBG.</p> <p>103. Número de conselhos que alocam recursos específicos para acabar com VBG nas localidades</p> <p>104. Percentagem de mulheres que acreditam que esforços locais para acabar com VBG são efectivos</p> <p>105. Percentagem de homens que acreditam que os esforços locais para acabar com VBG funcionam.</p>



Passos a seguir

- O governo, os provedores de serviços de saúde, a polícia e as ONGs precisam de ter uma abordagem mais coordenada para apoiar os sobreviventes da VBG, incluindo a disponibilização da Profilaxia Pós-Exposição e Aconselhamento.
- É necessário que se treine mais polícias mulheres para lidarem com casos de VBG, deve-se alocar mais fundos para criar mais centros de abrigo para as sobreviventes da VBG e crianças.
- O governo e as ONGs precisam de organizar campanhas de sensibilização sobre a VBG mais compreensivas.
- Deve-se fazer mais esforços para envolver mais os homens nas campanhas contra a Violência Baseada no Género, principalmente nas zonas rurais.